



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2025

VALIDADE
01/12/2026

Homologado aos 26 dias do mês de Novembro de 2025, de um lado o(a) **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**, com sede na mato grosso, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, neste ato, representado pelo(a) **Ordenador(a) de Despesa , Sr(a). EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro(a), portador do R.G. n.º 228504 SESP e inscrito no CPF nº 390.917.401-91, residente e domiciliado na GOIÁS , bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços**, realizado por meio do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2025**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor	CNPJ
MOTTIVA COMERCIO E SERVICOS LTDA	20.847.096/0001-35
Endereço	Nº
RUA CARMEN MIRANDA	04
Bairro	
JARDIM COSTA VERDE	
Cidade	CEP
VARZEA GRANDE/MT	78128140
Email	Telefone
mottivacomercio01@gmail.com	(65) 3686-1642
Representante Legal	CPF
TIAGO DIAS DA SILVA	001.XXX.XXX-92

SEQ.	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
72	1618	COLHER DE SOPA EM AÇO INOX COM O CABO EM POLIPROPILENO Detalhamento: COLHER DE SOPA EM AÇO INOX COM O CABO EM POLIPROPILENO	UN - UNIDADE	TAUMER TAUMER	3630,00	1,3000	4.719,00
271	5220	SABONETE GLICERINADO, SÓLIDO EM BARRA, DE BAIXA IRRITAÇÃO DÉRMICA, FRAGÂNCIA SUAVE, INDICADO PARA BEBÊS, BARRA DE NO MÍNIMO 90 GRAMAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS D Detalhamento: SABONETE GLICERINADO, SÓLIDO EM BARRA, DE BAIXA IRRITAÇÃO DÉRMICA, FRAGÂNCIA SUAVE, INDICADO PARA	UN - UNIDADE	ISABABY ISABABY	80,00	3,9000	312,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		BEBÊS, BARRA DE NO MÍNIMO 90 GRAMAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. UNIDADE.					
192	6357	LIXEIRA EM PLÁSTICO, NO FORMATO CILÍNDRICO, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 12L, COM PEDAL E TAMPA. Detalhamento: LIXEIRA EM PLÁSTICO, NO FORMATO CILÍNDRICO, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 12L, COM PEDAL E TAMPA.	UN - UNIDADE	ARQPLAST ARQPLAST	77,00	19,0000	1.463,00
174	10173	JARRA DE VIDRO PARA AGUA 2 LTS COM TAMPA Detalhamento: JARRA DE VIDRO PARA AGUA 2 LTS COM TAMPA	UN - UNIDADE	KE HOME KE HOME	13,00	33,0000	429,00
129	11362	FACA PARA CORTE DE CARNE, LAMINA EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA Detalhamento: FACA PARA CORTE DE CARNE, LAMINA EM AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO NA COR BRANCA	UN - UNIDADE	TAUMER TAUMER	95,00	15,8000	1.501,00
141	15072	FOSFORO, DE MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINERIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE POLVORA, CAIXA COM 40 PALITOS, MEDIO, PACOTE COM 10 CAIXAS Detalhamento: FOSFORO, DE MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINERIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE POLVORA, CAIXA COM 40 PALITOS, MEDIO, PACOTE COM 10 CAIXAS	CJ - CONJUNTO	GABOARDI GABOARDI	156,00	3,6500	569,40
164	16287	GARRAFA TERMICO 5 LITROS Detalhamento: GARRAFA TERMICO 5 LITROS	UN - UNIDADE	INVICTA INVICTA	84,00	39,9000	3.351,60
300	16800	SACO PLASTICO TRANSPARENTE TIPO EMBALAGEM COM CAPACIDADE DE 5KG Detalhamento: SACO PLASTICO TRANSPARENTE TIPO EMBALAGEM COM CAPACIDADE DE 5KG	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	20,00	26,5000	530,00
182	18792	LEITEIRA EM ALUMINIO, SEM TAMPA, CABO DE ALUMINIO NA FORMA DO CORPO, CAPACIDADE PARA 2 LITROS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE Detalhamento: LEITEIRA EM ALUMINIO, SEM TAMPA, CABO DE ALUMINIO NA FORMA DO CORPO, CAPACIDADE PARA 2 LITROS. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	30,00	31,0000	930,00
272	20840	SABONETEIRA, COM RESERVATÓRIO, PARA SABONETE LÍQUIDO, CAPACIDADE 900 ML, NAS MEDIDAS MÍNIMAS: 29X12X11CM(AXLXP), DOSADOR COM PRESSÃO, MATERIAL EM ABS, NA COR BRANCA. EMBALAGEM COM DADOS DO FABRICANTE Detalhamento: SABONETEIRA, COM RESERVATÓRIO, PARA SABONETE LÍQUIDO, CAPACIDADE 900 ML, NAS MEDIDAS MÍNIMAS: 29X12X11CM(AXLXP), DOSADOR COM PRESSÃO, MATERIAL EM ABS, NA COR BRANCA. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE.	UN - UNIDADE	NOBRE NOBRE	179,00	26,5000	4.743,50
61	21002	CANEÇÃO EM ALUMINIO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE: DIÂMETRO 20CM, ALTURA 20CM, ESPESSURA 2MM, CAPACIDADE MÍNIMA 6 LITROS, CABO EM BAQUELITE Detalhamento: CANEÇÃO EM ALUMÍNIO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE: DIÂMETRO 20CM, ALTURA 20CM,	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	33,00	59,0000	1.947,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		ESPESSURA 2MM, CAPACIDADE MINIMA 6 LITROS, CABO EM BAQUELITE					
128	21135	FACA DE MESA EM AÇO INOX COM O CABO EM POLIPROPILENO Detalhamento: FACA DE MESA EM AÇO INOX COM O CABO EM POLIPROPILENO	UN - UNIDADE	TAUMER TAUMER	631,00	1,4300	902,33
221	29830	PANELA EM ALUMINIO BATIDO, COM TAMPAS, ALÇAS BILATERAIS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE 38 LITROS Detalhamento: PANELA EM ALUMÍNIO BATIDO, COM TAMPAS, ALÇAS BILATERAIS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE 38 LITROS	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	4,00	303,5500	1.214,20
222	29831	PANELA EM ALUMINIO BATIDO, COM TAMPAS, ALÇAS BILATERAIS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE 40 LITROS Detalhamento: PANELA EM ALUMÍNIO BATIDO, COM TAMPAS, ALÇAS BILATERAIS EM MADEIRA, COM CAPACIDADE 40 LITROS	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	4,00	319,6500	1.278,60
299	30235	SACO PLASTICO TRANSPARENTE 40X60 Detalhamento: SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE 40X60	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	10,00	24,0000	240,00
24	32541	BACIA CANELADA 6 LITROS - DIMENSOES APROXIMADAS DE: DIÂMETRO 32,5 CM E ALTURA 11,0 CM, TRANSPARENTE Detalhamento: BACIA CANELADA 6 LITROS - DIMENSÕES APROXIMADAS DE: DIÂMETRO 32,5 CM E ALTURA 11,0 CM, TRANSPARENTE	UN - UNIDADE	ARQPLAST ARQPLAST	89,00	8,5000	756,50
187	34062	LIXEIRA AÇO INOX ESMALTADA C/ TAMPAS E PEDAL DE 5,5 LT Detalhamento: LIXEIRA AÇO INOX ESMALTADA C/ TAMPAS E PEDAL DE 5,5 LT	UN - UNIDADE	VENCEDOR VENCEDOR	35,00	85,0000	2.975,00
17	34706	ASSADEIRA GRANDE DIMENSÕES APROXIMADAS DE 55X37,5X5,5 CM Nº5 Detalhamento: ASSADEIRA GRANDE DIMENSÕES APROXIMADAS DE 55X37,5X5,5 CM Nº5	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	11,00	58,0000	638,00
18	34707	ASSADEIRA MÉDIA DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41X29X5,7 CM Nº3 Detalhamento: ASSADEIRA MÉDIA DIMENSÕES APROXIMADAS DE 41X29X5,7 CM Nº3	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	12,00	35,0000	420,00
44	36219	CAIXA GRANDE TRANSPARENTE COM TAMPAS CAPACIDADE 50 LITROS Detalhamento: CAIXA GRANDE TRANSPARENTE COM TAMPAS CAPACIDADE 50 LITROS	UN - UNIDADE	UNINJET UNINJET	115,00	62,0000	7.130,00
42	37161	CAÇAROLA EM ALUMINIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM ALÇAS EM ALUMÍNIO, COM TAMPAS DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 9,7 LITROS, COM APROXIMADAMENTE: DIÂMETRO 30 CM E ALTURA DE 14 CM, ESPESSURA MÍNIMA 1,0 MM Nº 30 Detalhamento: CAÇAROLA EM ALUMÍNIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM ALÇAS EM ALUMÍNIO, COM TAMPAS DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 9,7 LITROS, COM APROXIMADAMENTE: DIÂMETRO 30 CM E ALTURA DE 14 CM, ESPESSURA MÍNIMA 1,0 MM Nº 30	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	6,00	88,8000	532,80
40	37162	CAÇAROLA EM ALUMINIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM ALÇAS EM ALUMÍNIO, COM TAMPAS DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 23,5 LITROS, COM APROXIMADAMENTE: DIÂMETRO 40 CM E ALTURA DE 20 CM, ESPESSURA MÍNIMA 1,0 MM Nº 40 Detalhamento: CAÇAROLA EM ALUMÍNIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM ALÇAS EM ALUMÍNIO, COM TAMPAS DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE 23,5 LITROS, COM APROXIMADAMENTE: DIÂMETRO 40 CM E ALTURA DE 20 CM, ESPESSURA MÍNIMA	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	6,00	153,5000	921,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		1,0 MM N° 40					
48	37163	CAIXA PLASTICA EM MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TAMPA RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM FECHOS NA TAMPA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 26X38X14, CAPACIDADE 09 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS Detalhamento: CAIXA PLÁSTICA EM MATERIAL VIRGEM DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM TAMPA RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM FECHOS NA TAMPA, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 26X38X14, CAPACIDADE 09 LITROS, PARA ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS	UN - UNIDADE	UNINJET UNINJET	93,00	22,9000	2.129,70
121	37174	ESCUMADEIRA EM ALUMINIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM DIÂMETRO DE 16 CM, PEGADOR EM ALUMÍNIO, COM CABO DE APROXIMADAMENTE 54 CM DE COMPRIMENTO Detalhamento: ESCUMADEIRA EM ALUMÍNIO REFORÇADO, LINHA HOTEL, COM DIÂMETRO DE 16 CM, PEGADOR EM ALUMÍNIO, COM CABO DE APROXIMADAMENTE 54 CM DE COMPRIMENTO	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	11,00	30,6000	336,60
244	37197	PENEIRA EM AÇO INOX COM 20CM DE DIAMETRO Detalhamento: PENEIRA EM AÇO INOX COM 20CM DE DIAMETRO	UN - UNIDADE	KE HOME KE HOME	23,00	13,0000	299,00
282	39211	SACO PARA COLETA DE MATERIAL - PLASTICO, ESTERIL, COM TARJA DE IDENTIFICACAO, PARA COLETA DE SOLIDOS OU LIQUIDOS,9,54 X 18 CM, CAPACIDADE 210 ML,COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO CAIXA COM 500 UNIDADES. Detalhamento: SACO PARA COLETA DE MATERIAL - PLASTICO, ESTERIL, COM TARJA DE IDENTIFICACAO, PARA COLETA DE SOLIDOS OU LIQUIDOS,9,54 X 18 CM, CAPACIDADE 210 ML, COM SISTEMA ANTIVAZAMENTO CAIXA COM 500 UNIDADES.	CJ - CONJUNTO	UTI HOUSE UTI HOUSE	120,00	413,0000	49.560,00
138	43927	FORMA - EM ALUMINIO,PARA PUDIM,COM CAPACIDADE PARA 2KG Detalhamento: FORMA - EM ALUMINIO,PARA PUDIM,COM CAPACIDADE PARA 2KG	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	5,00	30,0000	150,00
191	44063	LIXEIRA DE POLIPROPILENO RIGIDO, RETANGULAR, TAMPA TIPO BASCULANTE COM CAPACIDADE 70 LITROS, NA COR AZUL. Detalhamento: LIXEIRA DE POLIPROPILENO RIGIDO, RETANGULAR, TAMPA TIPO BASCULANTE COM CAPACIDADE 70 LITROS, NA COR AZUL.	UN - UNIDADE	ARQPLAST ARQPLAST	10,00	95,8700	958,70
293	46025	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO (25CM X 35CM), COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. Detalhamento: SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO (25CM X 35CM), COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	CJ - CONJUNTO	PLASMEL PLASMEL	200,00	12,5000	2.500,00
52	46245	CAIXA TERMICA EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO, COM ALÇA, COM TAMPA, COM RODINHAS, CORES DIVERSAS, CAPACIDADE DE 45 A 55 LITROS. Detalhamento: CAIXA TERMICA EM POLIETILENO OU POLIPROPILENO, COM ALÇA, COM TAMPA, COM RODINHAS, CORES DIVERSAS, CAPACIDADE DE 45 A 55 LITROS.	UN - UNIDADE	COLEMAN COLEMAN	10,00	224,0000	2.240,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

317	46417	TOALHA DESCARTÁVEL MULTIUSO - MEDIDA 50X70 - 50 UNIDADES Detalhamento: TOALHA DESCARTÁVEL MULTIUSO - MEDIDA 50X70 - 50 UNIDADES	CJ - CONJUNTO	DESCARPAC K DESCARPAC K	304,00	61,5000	18.696,00
295	46683	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM PLASTICO,(50 X 80) CM,COM ESPESSURA DE 0,04 MICRAS,TRANSPARENTE. PACOTE DE 1KG. Detalhamento: SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM PLASTICO,(50 X 80) CM,COM ESPESSURA DE 0,04 MICRAS,TRANSPARENTE. PACOTE DE 1KG.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	15,00	26,0000	390,00
297	46760	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIETILENO, MEDINDO (40 X 60)CM, COM ESPESSURA DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, SEM LACRE, CAPACIDADE PARA 10 KG. PACOTE DE 1KG. Detalhamento: SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIETILENO, MEDINDO (40 X 60)CM, COM ESPESSURA DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, SEM LACRE, CAPACIDADE PARA 10 KG. PACOTE DE 1KG.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	280,00	23,0000	6.440,00
294	46765	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO(50X70)CM, COM ESPESSURA DE 0,12MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE, 1KG Detalhamento: SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - DE POLIETILENO, MEDINDO(50X70)CM, COM ESPESSURA DE 0,12MICRAS, TRANSPARENTE, SEM LACRE, 1KG	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	430,00	23,0000	9.890,00
26	46766	BACIA DE PLASTICO ATOXICO, COM DIAMETRO DE 60CM, ALTURA DE 20CM, COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR VERDE. Detalhamento: BACIA DE PLASTICO ATOXICO, COM DIAMETRO DE 60CM, ALTURA DE 20CM, COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS, NA COR VERDE.	UN - UNIDADE	UNINJET UNINJET	40,00	18,0000	720,00
74	47791	CONCHA - DE ALUMINIO, COM CABO ISOLANTE DE 39 CM E CONCHA DE 10 CM DE DIAMETRO Detalhamento: CONCHA - DE ALUMINIO, COM CABO ISOLANTE DE 39 CM E CONCHA DE 10 CM DE DIAMETRO	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	40,00	21,0000	840,00
218	48283	PANELA DE ALUMINIO, TIPO DE PRESSÃO, COM CAPACIDADE PARA 7,6 L, MODELO COM CABO. Detalhamento: PANELA DE ALUMINIO, TIPO DE PRESSÃO, COM CAPACIDADE PARA 7,6 L, MODELO COM CABO.	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	14,00	115,0000	1.610,00
296	48642	SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIETILENO, MEDINDO 35,00 X 50,00CM, COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, CAPACIDADE DE 5KG, TRANSPARENTE, SEM LACRE. Detalhamento: SACO PLASTICO P/EMBALAGEM - EM POLIETILENO, MEDINDO 35,00 X 50,00CM, COM ESPESSURA DE 0,08 MICRAS, CAPACIDADE DE 5KG, TRANSPARENTE, SEM LACRE. PACOTE DE 1KG.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	150,00	23,0000	3.450,00
234	48644	PAPEL ALUMINIO - MEDINDO 0,45CM X 7,50M, ESPESSURA DE 0,011MICRAS, APRESENTADO EM ROLO, COM CÓDIGO DE BARRAS DO FABRICANTE. Detalhamento: PAPEL ALUMINIO - MEDINDO 0,45CM X 7,50M, ESPESSURA DE 0,011MICRAS, APRESENTADO EM ROLO, COM CÓDIGO DE BARRAS DO FABRICANTE.	UN - UNIDADE	ESTRELA ESTRELA	215,00	6,3900	1.373,85
27	48964	BACIA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 90 LITROS, CORES	UN - UNIDADE	ARQPLAST ARQPLAST	10,00	70,5000	705,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		DIVERSAS. Detalhamento: BACIA EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA 90 LITROS, CORES DIVERSAS.					
111	48965	ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTICIA DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 30CM, ALTURA DE 12,0CM, CAPACIDADE DE 6,5L, COM ESPESSURA DE 1,7MM, C/ALÇA E BASE. Detalhamento: ESCORREDOR DE MASSA ALIMENTICIA DE ALUMINIO, COM DIAMETRO DE 30CM, ALTURA DE 12,0CM, CAPACIDADE DE 6,5L, COM ESPESSURA DE 1,7MM, C/ALÇA E BASE.	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	11,00	70,0000	770,00
275	50543	SABONETE SOLIDO, EM BARRA, PARA USO PESSOAL, FRAGRANCIA AGRADAVEL, MINIMO 90G, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. Detalhamento: SABONETE SÓLIDO, EM BARRA, PARA USO PESSOAL, FRAGRANCIA AGRADAVEL, MINIMO 90G, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UN - UNIDADE	ERIDN ERIDN	350,00	1,3800	483,00
298	50568	SACO PLÁSTICO, SACOLE, TRANSPARENTE, TAMANHO: 04 X 23CM, ESPESSURA: 6MM, COM 1.000 UNIDADES CADA PACOTE. Detalhamento: SACO PLÁSTICO, SACOLÉ, TRANSPARENTE, TAMANHO: 04 X 23CM, ESPESSURA: 6MM, COM 1.000 UNIDADES CADA PACOTE.	CJ - CONJUNTO	SEGPLAST SEGPLAST	50,00	18,5000	925,00
249	50570	POTE PLÁSTICO, COM TAMPAS, E ABAS/TRAVAS PARA FECHAR, FORMA RETANGULAR, CONTENDO APROXIMADAMENTE 15 CM DE ALTURA, 38 CM DE COMPRIMENTO E 25,5 DE PROFUNDIDADE, COR BRANCO, CAPACIDADE 10 LITROS. MATERIAL ATÓXICO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, COM MARCAÇ. Detalhamento: POTE PLÁSTICO, COM TAMPAS, E ABAS/TRAVAS PARA FECHAR, FORMA RETANGULAR, CONTENDO APROXIMADAMENTE 15 CM DE ALTURA, 38 CM DE COMPRIMENTO E 25,5 DE PROFUNDIDADE, COR BRANCO, CAPACIDADE 10 LITROS. MATERIAL ATÓXICO, DE BOA QUALIDADE, RESISTENTE, COM MARCAÇÃO INTERNA DA CAPACIDADE, MARCAÇÃO A CADA 1 LITRO.	UN - UNIDADE	UNINJET UNINJET	135,00	23,0000	3.105,00
230	51960	PANO DE COPA E COZINHA - EM TECIDO 100% ALGODÃO, MEDINDO 30X45CM, PARA BANDEJA Detalhamento: Pano de copa e cozinha - em tecido 100% algodão, medindo 30x45cm, para bandeja	UN - UNIDADE	S. MARTINS S. MARTINS	20,00	3,5000	70,00
217	53971	PANELA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPAS REFORÇADAS E ALÇA RESISTENTE DE ALUMINIO Nº 60, TAMANHO APROXIMADO: 60 CM DE DIÂMETRO, 27 CM DE ALTURA CAPACIDADE PARA 69L. Detalhamento: PANELA DE ALUMINIO BATIDO COM TAMPAS REFORÇADAS E ALÇA RESISTENTE DE ALUMINIO Nº 60, TAMANHO APROXIMADO: 60 CM DE DIÂMETRO, 27 CM DE ALTURA CAPACIDADE PARA 69L.	UN - UNIDADE	ASJ ASJ	3,00	584,7500	1.754,25
79	54016	CONJUNTO PARA COLETA SELETIVA COM 04 CESTOS QUADRADOS COM TAMPAS VAI E VEM. CAPACIDADE DE CADA CESTO: 100 LITROS, DIMENSÕES: 100CM (ALTURA) X 182CM (LARGURA) X 45CM (PROFUNDIDADE). CESTO CONFECIONADO EM PLÁSTICO	UN - UNIDADE	JSN JSN	50,00	687,0000	34.350,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.**

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

		POLIPROPILENO E ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO Detalhamento: CONJUNTO PARA COLETA SELETIVA COM 04 CESTOS QUADRADOS COM TAMPA VAI E VEM. CAPACIDADE DE CADA CESTO: 100 LITROS, DIMENSÕES: 100CM (ALTURA) X 182CM (LARGURA) X 45CM (PROFUNDIDADE). CESTO CONFECCIONADO EM PLASTICO POLIPROPILENO E ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO GALVANIZADO. OS CESTOS ACOMPANHAM 04 GANCHOS (CADA) PARA FIXAÇÃO DO SACO DE LIXO. ESTE PRODUTO SEGUE O CÓDIGO DE CORES, CONFORME O RESIDUO A SER COLETADO, ESTABELECIDO PELO CONAMA EM SUA RESOLUÇÃO DE Nº 275. MEDIDAS: 100CM (ALTURA) X 1.80CM (LARGURA) X 45CM (PROFUNDIDADE). CORES: AZUL, AMARELO, VERDE, VERMELHO.					
287	54053	SACO PLASTICO 15 X 30CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 4,5 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, E ESPESSURA DE 0,08 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADO CONFORME NORMAS DE QUALIDAD Detalhamento: SACO PLÁSTICO 15 X 30CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 4,5 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, E ESPESSURA DE 0,08 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADO CONFORME NORMAS DE QUALIDADE E SEGURANÇA VIGENTES. PACOTE DE 1KG DE SACOS.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	100,00	24,0000	2.400,00
288	54054	SACO PLASTICO 25 X 35CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 8,7 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, E ESPESSURA DE 0,20 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADO CONFORME NORMAS DE QUALIDA Detalhamento: SACO PLÁSTICO 25 X 35CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 8,7 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, E ESPESSURA DE 0,20 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADO CONFORME NORMAS DE QUALIDADE E SEGURANÇA VIGENTES. PACOTE DE 1KG DE SACOS.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	100,00	25,2000	2.520,00
289	54055	SACO PLASTICO 35 X 50CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 17 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 0,15 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADA CONFORME NORMAS TÉCNICAS DE Q Detalhamento: SACO PLÁSTICO 35 X 50CM - CAPACIDADE VOLUMETRICA 17 LITROS, CONFECCIONADO EM POLIETILENO VIRGEM DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA DE 0,15 MICRAS. PRODUTO TRANSPARENTE, SEM LACRE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E IMPERMEÁVEL. FABRICADA CONFORME NORMAS TÉCNICAS DE QUALIDADE E SEGURANÇA VIGENTES. PACOTE DE 1KG.	KG - QUILOGRAMA	PLASMEL PLASMEL	20,00	25,0000	500,00



CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 01(um) ano, contados da data de publicação, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que haja saldo remanescente e comprovado a vantajosidade dos preços registrados.

2.2 Os prazos desta Ata serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, bem como a renovação de suas quantidades quando de eventual prorrogação da vigência.

2.4 A Administração não poderá contratar o objeto deste instrumento quando o fornecedor tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1 A Administração elaborará pesquisa de mercado, mediante provocação do fiscal da ata de registro de preços, a cada 180 (cento e oitenta) dias, a fim de ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2 De posse da pesquisa realizada, o fiscal deverá encaminhar seu resultado ao órgão gerenciador seja para ratificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata ou notificar o fornecedor para rever os preços registrados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado.

3.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado verso os preços registrados, cabendo à Administração, através do órgão gerenciador, convocar o fornecedor para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4 Caso o fornecedor não aceitar a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, cabendo a Administração convocar, dentro da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação relevante nos preços praticados no mercado.

3.6 A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor da Ata de Registro de Preços, cabendo ao órgão gerenciador, a análise e deliberação a respeito do pedido.

3.7 Se o fornecedor não comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro e a existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

3.8 Comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração Pública poderá efetuar a revisão do preço



registrado no valor pleiteado pelo fornecedor, caso este esteja de acordo com os valores praticados pelo mercado, ou apresentar contraproposta de preço, compatível com o vigente no mercado para a garantia do equilíbrio econômico-financeiro.

3.9 Caso não aceite a contraproposta de preço apresentada pela Administração, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.10 Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador da ata poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação original da licitação, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, pelo valor da contraproposta apresentada pela Administração.

3.11 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.12 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, passarão por análise contábil e jurídica do órgão gerenciador, cabendo à autoridade competente para a homologação da licitação para registro de preços a decisão sobre o pedido.

3.13 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços.

3.14 O registro do fornecedor será cancelado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.15 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente comprovados e justificados.

CLÁUSULA QUARTA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Município de Campo Novo do Parecis, por meio da Secretaria solicitante, devendo ser observado o aspecto operacional e jurídico.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

a) Os itens deverão ser entregues em até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento da solicitação (empenho ou ordem de fornecimento), salvo prorrogação formalmente justificada pela contratada e previamente aceita pela Administração, sem custos adicionais.

b) A entrega deverá ocorrer nos endereços indicados no momento do pedido, durante o horário comercial (segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h), cabendo à contratada o descarregamento e alocação dos itens no local indicado.

c) Quando o mesmo item for solicitado por setores distintos, os produtos deverão ser separados ainda na origem, conforme o pedido individual, sendo vedada a entrega conjunta ou exigência de carga mínima. O descumprimento implicará recusa da entrega e custos de devolução sob responsabilidade da contratada.

d) Não serão aceitas alegações de falta de produtos em estoque, desistência ou qualquer outra



justificativa como motivo para atraso ou suspensão das entregas, sendo aplicáveis as penalidades previstas neste instrumento em caso de descumprimento.

e) A cada entrega, deverá ser apresentada a Nota Fiscal correspondente, acompanhada da autorização de fornecimento e demais documentos exigidos (certidões negativas, trabalhistas e fiscais), sob pena de recusa do recebimento.

f) Os produtos devem ser entregues em perfeitas condições, dentro do prazo de validade exigido (mínimo de 2/3 do total), com embalagens íntegras, livres de qualquer avaria, umidade ou defeito, sob pena de rejeição e necessidade de substituição imediata.

g) O recebimento será provisório para verificação da conformidade, qualidade e quantidade. O recebimento definitivo ocorrerá após análise técnica e aceitação formal, nos prazos definidos pela legislação vigente.

h) Em caso de vício, defeito ou não conformidade, a contratada deverá realizar a substituição dos itens em até 5 (cinco) dias corridos após notificação da unidade requisitante, desde que o uso inadequado esteja descartado.

i) Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de entrega, a contratada deverá apresentar justificativa formal com, no mínimo, 24 horas de antecedência, sujeita à análise da Administração, sem implicar em ônus adicional.

j) A entrega de produtos em desacordo com as especificações, em quantidade ou qualidade inferiores, fora do prazo ou sem a documentação exigida poderá ser rejeitada, sujeitando a contratada às penalidades previstas na legislação.

k) Nos termos de art. 3 combinado com o art. 39, VIII, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1.990 - Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento ocorrerá dentro de 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos produtos efetivamente entregues, constando a quantidade e o valor, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, acompanhada do relatório de fiscalização da Ata/Contrato, de acordo com a ordem cronológica de pagamento a fornecedores, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

6.1.1 O relatório de fiscalização da Ata/Contrato deverá conter informações sobre o prazo, as condições e marca do produto entregue, o cumprimento das cláusulas contratuais, bem como qualquer outra informação relevante que seja necessário informar, conforme estabelecido na Cláusula Décima deste instrumento.

6.2 A Nota Fiscal / fatura deverá ser apresentada já com as deduções tributárias legais incidentes.

6.3 Em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, no pagamento das faturas, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, tem como base a média da cesta de Índices Oficiais, que compõem a UFCNP (Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis) sendo eles INPC, IPCA, IPCDI e IGPM, referente ao mês de inadimplemento.

6.4 A contagem do prazo para pagamento terá início e encerramento em dias de expediente na Administração Pública Municipal.

6.5 Não aplicar-se-á o previsto no item 6.1 caso os recursos sejam provenientes de



transferências de outros órgãos e os mesmos não tenham sido arrecadados aos cofres públicos municipais.

6.6 Para realização dos pagamentos, a contratada deverá manter as condições de habilitação prevista neste instrumento;

6.7 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 Junto ao corpo da Nota Fiscal/Fatura é recomendado fazer constar, para fins de pagamento, informações relativas ao nome e número do banco, da agência e da c/c da contratada, bem como, se a empresa é optante do "SIMPLES";

6.9 Em sendo optante do "SIMPLES" o fornecedor deverá apresentar documento expedido pela Receita Federal demonstrando essa condição.

6.10 No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, fretes, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto deste certame.

6.11 Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, o Município, em todas as suas contratações, com pessoas jurídicas observará o disposto no art. 64, da Lei Federal Nº 9.430/1996, no art. 15 da Lei Nº 9.249/1995, a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil Nº 1.234/2012, e, também Instrução Normativa RFB Nº 1663, de 07 de outubro de 2016, e por fim Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, com a consequente retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

6.12 Não será admitido o pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

6.13 As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da contratada.

6.14 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.15 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

6.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.17 Qualquer irregularidade ou falta de apresentação de certidões o prazo do item 6.1 somente se iniciará com a devida regularização das pendências.

CLÁUSULAS SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 São obrigações da administração pública:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;



- b) Receber e acompanhar a entrega dos itens solicitados, nos prazos e condições estabelecidas no presente instrumento;
- c) Recebimento provisório dar-se-á em até 05 (cinco) dias, pelo responsável da Secretaria solicitante, no ato da entrega dos itens juntamente com a nota fiscal pela adjudicatária, sendo que este recebimento não implica a sua aceitação;
- d) Receber definitivamente em até 05 (cinco) dias após a verificação da conformidade, qualidade e quantidade do material aplicado e conseqüente aceitação;
- e) Comunicar o fornecedor contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- f) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor contratado, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, podendo solicitar esclarecimentos, documentos e realizar inspeções sempre que necessário;
- g) Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos;
- h) Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado, sendo o pagamento condicionado ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da documentação fiscal adequada.
- i) Aplicar ao fornecedor contratado as sanções previstas na lei, Decreto Municipal 56/2023 e neste instrumento;
- j) Notificar os emitentes das garantias contratuais, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- K) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de seus atos, seja por meio de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 São obrigações do fornecedor contratado:

7.2.1 A contratada deverá cumprir integralmente todas as disposições contratuais, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto, conforme as seguintes obrigações:

- a) Apresentar toda a documentação obrigatória válida como condição prévia para a emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, mantendo-a atualizada e válida durante toda a vigência do contrato ou Ata, inclusive quanto aos seus meios de contato (fone, whatsapp, email), incluindo eventuais prorrogações;
- b) Cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitárias e comerciais, arcando integralmente com os encargos decorrentes da execução contratual, sem que haja vínculo ou responsabilidade solidária da Administração.
- c) Manter sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em razão da execução do contrato ou ata, vedada sua utilização para qualquer fim não relacionado ao objeto contratual.
- d) Não é permitida a transferência, cessão ou subcontratação do objeto, total ou parcialmente, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- e) Atender prontamente às determinações da fiscalização ou autoridade competente, prestando os esclarecimentos e informações solicitadas, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- f) Informar imediatamente e por escrito qualquer anormalidade ou impedimento relacionado à execução do contrato, inclusive de ordem funcional, para que a Administração adote as providências cabíveis.
- g) Assumir integralmente todos os custos relacionados à entrega, transporte, frete, seguros, impostos, taxas, troca de produtos e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas ao fornecimento.



- h) Responder por vícios e defeitos nos produtos, devendo repará-los ou substituí-los, às suas expensas, no prazo estipulado, inclusive após o encerramento da vigência contratual, quando comprovado que o problema decorre do fornecimento.
- i) Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas necessárias para execução do objeto desta ata de registro de preços serão cobertas com recursos provenientes das dotações orçamentárias de cada órgão ou entidade participante.

CLÁUSULA NONA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

9.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal, Estadual ou Distrital que não participaram do procedimento de Intenção do Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

9.1.2 Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e

9.1.3 Consulta e aceitação prévia do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.1.3.1 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.1.3.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.2 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.3 O prazo de que trata o item anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.4 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.5 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

10.1 A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 A ata de registro de preços será acompanhada por um fiscal cujas atribuições são relativos aos aspectos administrativos contratuais da ata, como: instruir o processo com toda a documentação relativa à execução/fornecimento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, acompanhar a manutenção das condições habilitatórias, conferir a importância a ser paga, notificar sobre as irregularidades encontradas, adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanção administrativa, promover a gestão documental, etc, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 A ata de registro de preços será fiscalizada por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.4 Após a assinatura da ata de registro de preços o fiscal em conjunto com o gestor elaborará o plano de fiscalização da execução do objeto que terá como referência o Edital e a presente a ata de registro de preços e constará as estratégias de execução e fiscalização do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.5 A execução do objeto contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação a Ata de Registro de Preços, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços; e
- c) a satisfação do público usuário, quando cabível.

10.6 O fiscal deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que o fornecedor:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.7 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pelo fornecedor, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.8 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.10 O Fiscal indicado para a presente ata de registro de preços será designado por portaria.

10.11 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico do fornecedor, devendo este informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

11.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:



a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

11.6 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros: 11.6.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

b) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.3 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;

b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

11.6.4 - De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

11.6.5 - De 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

b) Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

c) Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

d) Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

e) Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

f) Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7 A multa moratória e a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que



entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

11.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

11.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

11.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

e.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

f.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

g) Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:

g.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

h) Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.

h.1) Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.

11.8.1 As penalidades descritas no caput do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços;



11.8.2 A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.

11.8.3 A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.

11.9 A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.

11.10 O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.

11.11 A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.12 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no caput do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:

a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a.1) Pena - de três anos até quatro anos.

b) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

b.1) Pena - de três anos até seis anos.

c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:

c.1) Pena - de três anos até seis anos.

d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

11.13 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

11.14 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.15 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo caput, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da



desconsideração da personalidade jurídica

11.16 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

11.18 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.19 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.2 Os casos omissos serão decididos pela Administração Pública, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e Decreto Municipal 56/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

12.4 Incumbirá à Administração Pública divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, assim como no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

12.5 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam a presente Ata em 02 vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada no arquivo passivo administrativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPO NOVO DO PARECIS - .**

EDILSON ANTONIO PIAIA

Ordenador(a) de Despesa

TIAGO DIAS DA SILVA

**MOTTIVA COMERCIO E
SERVICOS LTDA**

DEIVID DA SILVA SANTOS

PORTARIA Nº 0/0

CIRLEY BALMER

PORTARIA Nº 0/0

ANDRESSA MAIRA ERVILHA RIBEIRO

PORTARIA Nº 0/0

ITALO AUGUSTO ALVES COLERAUS

PORTARIA Nº 0/0

JONAS FERREIRA DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 0/0

LEILA SANTOS DE LIRA

PORTARIA Nº 0/0

DEISE TRAMONTINI

PORTARIA Nº 0/0

BEATRIZ ORTIZ DE SOUZA

PORTARIA Nº 0/0

PRISCILA CRISTINA SILVA DE SOUZA MIRANDA

PORTARIA Nº 0/0

CRISTIANE GALLI CARDOSO

PORTARIA Nº 0/0

NATAGYLA LAUANNA MARIANO DA SILVA
COELHO

PORTARIA Nº 0/0

FLAVIA BARBOSA LOURENCO

SUPLENTE

TACIANE LIMA SONEGO

SUPLENTE

THAIS DE SOUZA OLIVEIRA

SUPLENTE

GABRIELA ROZETTE VICENTE GOMES

SUPLENTE

CAROLINE RODRIGUES POLIZEL

SUPLENTE

ANGELA DE MELO GONZAGA GENZLER

SUPLENTE

LUANA GOMES ALMEIDA

SUPLENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT.

ESTADO DE MATO GROSSO

MATO GROSSO 66, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS/MT - Cep: 78360000

FLANCIELLI THAIS PERES LEAL

SUPLENTE